

## O círculo de giz de Zizek

Um dos fundamentos da argumentação de “O círculo de giz de Jerusalém” repousa na suposição, tida por inquestionável, de que todo estado repousa no que é designado por “violência fundadora”. Israel teria tido o infortúnio de ter vindo á existência numa época em que tais “crimes” deixaram de ser aceitos “...*porque num universo global que se legitima através de uma moralidade global, os estados soberanos deixaram de poder eximir-se a juízos de ordem moral, mas são tratados como agentes morais puníveis por seus crimes*”; . E acrescenta que a “suprema ironia” consiste em que, desse ponto de vista, “*a influência intelectual judaica*” teria contribuído para a “*afirmação dessa inadmissibilidade*”.

A última frase é estranha, intrigante; o seu início faria supor que todo intelectual judeu teria que ser sionista. Mas mesmo a respectiva sequencia, ou seja, a idéia de que haveria uma “influência intelectual judaica”, não deixa de chamar a atenção em função da menção à etnia de certos filósofos e ensaístas -como se a condição de ter nascido judeu devesse resultar em aderir a determinada concepção ou corrente ideológica...

O ponto mais importante do arrazoado acima citado, porém, refere-se à “*origem ilegítima do poder*”, “*o crime fundador sobre o qual nossos estados se baseiam*”.

Em primeiro lugar, porque essa afirmação supõe que a violência é privativa de estados constituídos. Se estes se tornaram sujeitos a juízos de ordem moral, então organizações, grupos e milícias do tipo Boko Haram, Hamas, Fatah e Isis gozariam da respectiva isenção porque não derivaram de uma “*origem ilegítima*”?

Mais ainda: se compararmos os conflitos presentes no período histórico conhecido como feudalismo, que precedeu a emergência das monarquias por direito divino e os consequentes estados nacionais, que evidências justificariam a afirmação de que na época dos últimos a violência teria sido maior? O feudalismo poderia ser caracterizado como um período de paz na Europa? Bem ao contrário, a história registra que guerras e confrontos armados caracterizaram a época medieval de maneira incessante.

Por injustificada que possa parecer, a afirmação de Zizek parece ter outro alcance e uma intenção mais específica. Ela cai como uma luva para fundamentar antecipadamente a cobertura da atual guerra de Gaza e de maneira geral a abordagem adotada pela mídia em relação aos conflitos entre um es-

tado (no caso, Israel) e agentes não estatais (como Hezbollah e Hamas). O conteúdo propagado pela mídia constitui um exemplo claro da indulgência concedida à tática de usar civis como escudos humanos enquanto simultaneamente foguetes buscam atingir a população de um estado de maneira indiscriminada.

Em segundo lugar, a menção ao “*crime fundador sobre o qual nossos estados se baseiam*” poderia ser aplicado igualmente ao estado palestino?

Se a resposta for afirmativa, é o que o citado artigo de Zizek parece defender, alegando a semelhança entre as milícias palestinas, de um lado, e o Ir-gun e a Haganá, de outro. Entretanto, há uma diferença fundamental entre grupos terroristas que dirigem suas ações principalmente contra civis e a guerrilha que enfrenta forças armadas, como as britânicas. Estas últimas realmente representavam uma força de ocupação na então Palestina, afundando ou expulsando navios de sobreviventes do Holocausto para manter a quota de judeus aos quais se permitia ingressar no país, e prendendo militantes sionistas.

É preciso lembrar que a então Palestina era habitada por judeus e árabes, não por ingleses, que haviam recebido em 1922, da Liga das Nações, a incumbência de facilitar a implantação da comunidade judaica, através do Mandato Britânico, cuja administração incluía uma considerável força militar. Como o conteúdo dos “White Papers” (que se poderia traduzir como “Diretrizes”) demonstra, a política inglesa se voltou progressivamente contra o Ichuv (comunidade judaica), mudança de atitude que refletiu a estratégia de forjar alianças com os regimes ditatoriais dos países petrolíferos, para os quais a vizinhança de um regime cujo modelo eram as democracias ocidentais representava um perigo.<sup>1</sup>

O argumento da equivalência entre a resistência à ocupação inglesa e o terrorismo palestino pretende apoiar-se em declarações como as de Ben Gurion e Simon Wiesenthal, citadas no texto. Entretanto, há muitas declarações de Ben Gurion e de outros líderes sionistas cujo sentido é totalmente oposto.

- “*Sob nenhuma circunstância devemos tocar em terras pertencentes aos “fellah” (camponeses árabes) ou que eles utilizem. Somente se um fellah re-*

---

<sup>1</sup> Para Badiou, citado por Zizek, o lado socialista de Israel seria considerado bom, ‘porque “revolucionário” (aldeias coletivas como moshavim e kibutzim), enquanto o lado da “iniciativa privada” (comércio, artesanato, indústrias) constituiria o aspecto negativo (porque “capitalista”).

*nunciar a sua terra devemos oferecer-nos para comprá-la por um preço justo*".<sup>2</sup>

- *"Não desejamos nem precisamos expulsar os árabes nem tomar seu lugar. Todas as nossas aspirações são construídas a partir da assunção - provada através de toda a nossa atividade na terra - que há lugar suficiente neste país para nós e para os árabes.*"<sup>3</sup>

- *"Mesmo em meio aos violentos ataques dirigidos contra nós nos últimos meses, pedimos aos filhos do povo árabe que vivem em Israel para manter a paz e participar na construção do Estado de Israel com base em plena e igual cidadania e na devida representação em todas as suas instituições, provisórias e permanentes."*<sup>4</sup>

Trata-se da segunda questão relevante colocada pelo texto, cujo teor é desmentido pela realidade. Nunca houve uma real oposição entre a presença de judeus e a presença de árabes no território de Israel. Até pelo contrário.

Supondo a confiabilidade do último censo promovido pela administração otomana, se em 1880 a região era habitada por aproximadamente 600 mil árabes e 25 mil judeus, em 2014 somente a população de Israel é constituída por 6 milhões de judeus e um milhão e 700 mil árabes, sem contar que a Cisjordânia e Gaza juntas possuem em conjunto mais de 4 milhões de habitantes.

O que se encontra por trás desse notável aumento demográfico é a infraestrutura criada pela imigração judaica a partir das primeiras décadas do século XX. Estradas, água potável, saneamento básico, telefonia, eletricidade, produção agrícola multiplicada por técnicas e maquinaria modernas atraíram a população do entorno que, ao contrário dos judeus, não precisou enfrentar o controle de fronteiras exercido pelos ingleses.

É compreensível que o desenvolvimento ainda incipiente da região nos anos iniciais do século XX suscitasse a suposição de que haveria uma oposição entre judeus e árabes, refletida nas mencionadas declarações de Ben Gurion e de Wiesenthal, cuja data foi omitida. (A de Ben Gurion é de 1919). Entretanto, já nessa época a hostilidade aos judeus obedecia a outra causa, que se mantém até os dias de hoje e que constitui o fator mais relevante para entender o conflito.

---

<sup>2</sup> Declaração por escrito (1920), citada por Teveth, Shabtai (1985) em: *Ben Gurion and the Palestinian Arabs: From Peace to war*, Oxford University Press.

<sup>3</sup> Carta para seu filho Amos (5 de outubro de 1937)., citada por Teveth, Shabtai em Ben Gurion: *The Burning Ground*, e Krsh, Efraim (2000) "Fabricating Israeli History: The 'New Historians'".

<sup>4</sup> Declaração de Independência de Israel, lida em 14 de maio de 1948.

Efetivamente, a visão da esquerda pretende apresentar o sionismo como um movimento colonialista, com todas as características do gênero: apropriação de matéria prima (no caso, terra e água), exploração da população local, reserva de mercado. A realidade mostra-se muito diferente. Israel trouxe à região uma tecnologia de ponta que beneficiou a todos por igual – não por outro motivo os árabes israelenses, inclusive os que habitam Jerusalém, recusam-se a deixar o país ou a concordar com planos de paz que envolvam transferências de população. E não por outro motivo tanto a Cisjordânia como Gaza experimentaram um notável desenvolvimento econômico entre 1967 e 1993, afirmação que não pretende justificar o que tem sido chamado de ‘ocupação’.

Esse processo de cooperação entre a Cisjordânia, Gaza e Israel foi interrompido pela entrega da região árabe à OLP de Arafat, que criou uma nova situação econômica, caracterizada pelo desemprego, cujo resultado foi abrir aos ingressantes no mercado de trabalho a opção preferencial pela luta armada – no caso, a adesão aos grupos terroristas, incentivada pelo uso maciço da mídia, do sistema educacional e das pregações religiosas.

Israel representa o que se chama de modernidade. A respectiva consequência é o estabelecimento de uma sociedade caracterizada por uma relação entre estado e sociedade refletida pelo termo “liberalismo”. Essa palavra por si só é repulsiva para o pensamento de esquerda, que a equaciona com “capitalismo”. A derrocada da União Soviética e demais regimes comunistas da Europa Oriental, assim como a degradação da realidade social e econômica na Coreia do Norte, Cuba e Venezuela, bem como em países que adotaram o modelo estatizante, colocou os ideólogos do marxismo em uma situação particularmente difícil.

Situação particularmente difícil da qual tentam sair através de um bode expiatório. Nesse sentido, o que os judeus representaram para o nacionalismo alemão após a primeira grande guerra, – uma justificativa para a derrota –, nacionalismo militarista do qual emergiu o nazismo, o Estado de Israel representa para a esquerda, após a derrota da União Soviética na guerra fria e a aferição de todos os crimes cometidos pelos regimes comunistas, tanto na Europa Oriental como no Camboja e alhures.

O antagonismo entre judeus e árabes restringe-se à oposição de interesses entre a camada social dominante nas sociedades do Oriente Médio -- responsáveis pelos regimes ditatoriais que sem exceção governam todos os países árabes e a maioria dos muçulmanos – e a modernidade israelense. Não se trata de uma oposição entre o povo árabe, nem sequer o palestino (ou muito menos o palestino), e Israel, mas entre as ditaduras do Oriente Médio e o único regime democrático da região, que ao contrário dos países do en-

torno, respeita suas minorias. Que a população árabe tenha condições de vida imensamente mais favoráveis em Israel do que nos próprios países árabes é uma das principais razões para que as referidas ditaduras tenham a repercussão dessa situação em suas sociedades.

É no mínimo curioso que um pensador marxista não perceba a diferença entre os interesses de uma minoria responsável por regimes ditatoriais, dos quais é a principal beneficiária, e a população que ela oprime.

Assim, a tese de que os sobreviventes do Holocausto expulsaram a população nativa e que os judeus utilizam convenientemente a condição de vítimas para vitimizarem os palestinos, é falsa.

Zizek poderia argumentar que a fundação de Israel deve-se a séculos de perseguição e que os pogroms na Europa Oriental – que antecederam em muito o Holocausto – foram o principal fator para a criação do sionismo.

Mas o ponto principal continua sendo o de que o retorno dos judeus não significou a expropriação de terras árabes nem prejudicou a população árabe, minimamente que seja. A política do Keren Kayemet LeIsrael (O Fundo de Existência de Israel) foi claramente delineada a esse respeito. Pode-se dizer que boa parte do território israelense foi constituída por terras não habitadas e não trabalhadas, compradas a preços exorbitantes de latifundiários residentes em Damasco e em Beirute.

Para a população árabe, a construção das bases materiais da comunidade judaica constituiu uma oportunidade para seu próprio desenvolvimento. A prova concreta dessa asserção, novamente, é o fato de que 20% dos habitantes de Israel são árabes, de que o árabe é uma das três línguas nacionais do país (além do hebraico e do inglês), que os cidadãos árabes estão representados no congresso (Knesset) por deputados árabes e que, em geral, cidadãos de origem árabe participam de todos os níveis da vida do país – econômico, acadêmico, profissional, governamental, esportivo, artístico.

O texto de Zizek reconhece que *“deveríamos começar por denunciar abertamente os corruptos regimes clericais e militares, da Síria à Arábia Saudita, que se servem da ocupação israelita para se legitimarem. O paradoxo é que o foco de toda a sua atenção em Israel é a razão pela qual os árabes estão perdendo a batalha. O sentido fundamental da jihad no Islã não é a guerra contra o inimigo exterior, mas o esforço de purificação interior”*.

Há aqui a admissão da função que Israel cumpre para as ditaduras do Oriente Médio, ou seja, um pretexto para o militarismo que preside a sua política externa e uma justificativa para seus regimes policialescos internos. Contudo,

a tentativa de redefinir “jihad” como um “*esforço de purificação interior*” repousa em uma ingenuidade insuperável. É como se o autor negasse a imensa quantidade de atentados e ataques contra populações civis praticados em sociedades ocidentais e islâmicas bem como as inúmeras declarações de ódio proferidas diariamente por governos muçulmanos e líderes de milícias islâmicas.

Em contraposição, não há qualquer indício de algum “*esforço de purificação interior*”, ao mesmo tempo em que o conteúdo dessa expressão, no “Círculo de Giz...” permanece enigmático. Será que Zizek se refere à democratização das sociedades do Oriente Médio? Ou a “purificação interior” apontaria para algum outro significado? Tal purificação implicaria na aproximação entre islamismo e marxismo? Por mais absurda que a última hipótese possa parecer, o autor assevera que a consequência da ausência da purificação interior seria a razão pela qual “*os árabes estão perdendo a batalha*”. Se é essa a concepção de paz que orienta a análise de Zizek...

Mas sejamos justos. Na sequência, o autor menciona o que lhe parece ser a pedra fundamental do conflito, bem como sua solução: “*Então vamos à grande questão: qual seria hoje o ato ético-político verdadeiramente radical no Oriente Médio? Tanto para os israelitas como para os árabes, consistiria no gesto de renúncia ao controle (político) sobre Jerusalém, isto é, a promoção da transformação da Cidade Velha de Jerusalém em um lugar extraestatal de culto religioso sob o controle (temporário) de uma força internacional neutra.*”

Precisamente essa foi a decisão da ONU, que não pôde ser implementada por causa do ataque conjunto de cinco monarquias árabes contra Israel, em 1948. A consequência foi a apropriação da cidade velha de Jerusalém pela então Jordânia (Transjordânia), que tratou os lugares sagrados judeus da maneira mais vil possível. Hoje, sob administração israelense desde 1967, todas as religiões e seus locais de culto são objeto de igual respeito, sejam cristãos, judeus ou muçulmanos.

Zizek propõe então a renúncia de judeus e árabes à soberania sobre Jerusalém. “*Ambos os lados teriam de compreender que essa renúncia do Estado-nação etnicamente “puro” seria uma libertação para eles e não um simples sacrifício que cada um faria ao outro*”.

Israel não é nem nunca pretendeu ser um “Estado-nação etnicamente puro”. Define-se como estado judeu no sentido de que todo judeu pode pleitear sua cidadania no país, da mesma forma que vários países europeus (Itália, Espanha, Alemanha, Portugal) fazem em relação aos descendentes de imi-

grantes que fugindo de crises econômicas ou buscando oportunidades desembarcaram na América e outros continentes.

Mas que Israel seja um estado judeu não significa que não judeus ou judeus não religiosos deixem de desfrutar de seus direitos de cidadão. Nesse sentido, a afirmação de que Israel apóia sua existência em uma argumentação religiosa (a terra doada por Deus a Abrão) é igualmente contestável. A relação dos judeus com Israel jamais foi interrompida, mesmo após o segundo exílio, a destruição do Segundo Templo por Tito e a red denominação do país como “Palestina”, decisão tomada para cortar os laços entre os termos “Judéia” e “Reino de Israel” com a respectiva população.

Trata-se, portanto, de um vínculo de natureza histórica, atestado por inúmeros achados arqueológicos e por testemunhos escritos os mais variados. Bem diferentemente, Abbas já declarou publicamente que não aceita sequer um israelense judeu em seu território, impedindo qualquer possibilidade de que os assentamentos, ou alguns deles, permaneçam sob soberania palestina, desde que respeitados os direitos de seus habitantes.

Assim, se há alguma entidade política caracterizada por uma pretensão de “pureza étnica”, é para o próprio estado palestino que a argumentação de Zizek aponta. Nesse sentido, a metáfora do círculo de giz de Jerusalém, “*uma variação do juízo do Rei Salomão que aparece no Antigo Testamento*”, ou seja, a finalidade da internacionalização de Jerusalém, já foi alcançada em seu estatuto atual. “*Aquele que amasse verdadeiramente Jerusalém preferiria perde-la a vê-la dilacerada pela disputa*” alcançou sua expressão maior na atitude de Israel, que não discrimina pessoas de outras religiões, sejam quais forem, e cuida de todos os lugares santos por igual. Algo que sob administração internacional ou mediante partilha com instituições muçulmanas dificilmente poderia ser alcançado.

Pode-se dizer, portanto, que o artigo de Zizek, como um todo, repousa em duas asserções totalmente questionáveis. Em primeiro lugar, nem todos os estados repousam em “*crimes fundadores*”. Contrariamente à sua tese, a história da fundação de Israel não se assenta no relato de “*nobres mentiras*” que devem ser oferecidas “*sob a forma de heroicas narrativas de origem*”. É por isso que Zizek refere seu estranhamento quando viaja a Israel. Se aquilo que o perturba “*...é precisamente que me descubro num Estado que ainda não apagou a “violência fundadora” de suas origens “ilegítimas”, recalçando-as para um passado intemporal*” é porque as origens de Israel não são ilegítimas e não precisam ser recalçadas. E se elas refletem uma “*violência fundadora*”, essa expressão refere-se à invasão de cinco exércitos apoiados por milícias locais, cuja finalidade era não somente destruir o país recém criado pela ONU mas exterminar seus habitantes.

Ou seja, Israel aceitou a partilha, enquanto as monarquias árabes e as lideranças árabes locais depois chamadas de palestinas, não o fizeram. Para elas, mais importante era destruir o Estado de Israel do que construir o seu próprio país, atitude que permanece vigente.

Embora Zizek psicologize o conflito, apresentando-o segundo a metáfora de um sintoma neurótico, pois “...*todo mundo vê a maneira de vencer o obstáculo, e contudo ninguém quer removê-lo, como se houvesse algum tipo de benefício libidinal na persistência do beco*”, a sua persistência pode ser explicada de uma forma muito mais simples: a intenção das ditaduras árabe/muçulmanas vizinhas continua sendo a destruição de Israel e não qualquer tipo de solução. Todas as tentativas de negociar a paz fracassam devido à impossibilidade de aceitar a existência de um estado judeu. Não se trata apenas de anti-semitismo, embora este não esteja ausente da propaganda anti-sionista, muito pelo contrário. Mas antes reflete a atitude de todos os governos árabes em relação a quaisquer minorias (cristã, baha’i, kurda, drusa, assíria, jazidi, circassiana, etc), e inclusive face às próprias minorias muçulmanas (vide a conhecida oposição mortal entre sunitas e xiitas).

Em segundo lugar, como foi argumentado, não há oposição entre as populações árabes e judaicas, o que é mais do que demonstrado pela atual situação demográfica, pela condição da ‘grande’ minoria árabe em Israel (20% da respectiva população) e pelos plenos direitos de cidadania dessa minoria, cujas condições de vida não têm comparação com a situação dos habitantes de qualquer ditadura árabe/muçulmana, seja em termos de renda per capita, seja em termos de direitos civis.

Se há no Oriente Médio refugiados cujos direitos devam ser restaurados, esses são os 800 mil judeus dos países árabes, cujos bens foram confiscados e que chegaram a Israel com a roupa do corpo e uma mala, sem que jamais houvessem constituído qualquer ameaça para os governos de seus países. A imigração desses refugiados praticamente duplicou a população de Israel nos anos 50. Diferentemente, a grande maioria dos 600 mil árabes não foi expulsa de Israel pelos judeus, mas obedeceu às ordens dos comandantes dos exércitos invasores ou simplesmente fugiu da guerra, como toda população civil faz — e jamais foi integrada aos países nos quais se refugiaram (Síria, Líbano, Jordânia).

(Que qualquer guerra tem o potencial de afugentar sua população civil é demonstrado pela atual situação na Síria, que já resultou em 2 milhões de refugiados). Talvez Israel possa ser criticado por não ter aceito a volta dos árabes que deixaram o país em 1948, mas é preciso reconhecer que seria um ato suicida readmitir pessoas cuja lealdade não se dirigia ao estado recém criado, mas a seus inimigos implacáveis.

A tese de que todo estado resulta numa “violência fundadora” encontra seus melhores exemplos no que acontece no Iraque e na Síria, países construídos com base na opressão de minorias, cujo artificialismo explode atualmente. Algo que o texto de Zizek, escrito em 2008, não poderia prever, mas cujo teor, curiosamente, se pretende aplicar a Israel, único país da região que respeita todas e quaisquer crenças, posições políticas e orientações sexuais. Com relação a essa questão, jamais a opressão das populações muçulmanas por seus governos é discutida publicamente, nem os massacres perpetrados por regimes ou milícias islâmicas é objeto de manifestações públicas, nem quaisquer declarações genocidas são motivo de repúdio.

Visto o que, poder-se-ia responder afirmativamente à pergunta feita por Zizek, motivada por sua atitude para com Israel: “*Será que isso significa que sou (não tão) secretamente antisemita?*”

Certamente há mais de uma forma de anti-semitismo. O de Zizek, claramente, é um dos mais moderados mas nem por isso um dos menos severos. Julgar que o Estado de Israel se assenta sobre fundamentos ilegítimos, desconsiderando toda a história de agressões sofridas pelos judeus, bem como pretender equiparar a luta contra o exército inglês e os atentados terroristas, e ainda ignorar (e, ao invés disso, psicologizar) as atitudes radicalmente opostas reveladas pelas negociações de paz, invariavelmente sabotadas por Arafat e Abbas, além de alterar o sentido da *jihad*, a guerra santa contra os infiéis, para transformá-la em um esforço de “purificação interna”, não pode deixar de resultar em uma visão do conflito marcada por uma ótica marcadamente anti-israelense.

Como se afirmou tantas vezes, e apesar das permanentes discussões a respeito, a relação entre anti-semitismo e anti-sionismo continua sendo íntima. Negar o direito dos judeus a ter um estado é igual à negação dos direitos do cidadão judeu em qualquer outro estado. Trata-se de uma discriminação em tudo e por tudo semelhante à que resulta na condição de “dhimmi”, imposta aos judeus nos países árabes, tão semelhante às restrições sofridas pelos judeus em várias épocas da história da Europa.

Se alguém está utilizando a estratégia da “vitimização” no conflito do Oriente Médio é precisamente a liderança palestina. O uso de expressões como “Israel nazista”, “campo de concentração de Gaza”, “6 milhões de refugiados palestinos”, bem como a reivindicação de Jerusalém como capital do futuro estado palestino, mostra a apropriação de eventos trágicos bem como do anseio milenar característicos da história judaica, por parte do discurso anti-israelense. É nesse sentido, e apenas nesse sentido, o de uma apropriação indébita, que se justifica a afirmação de Zizek segundo a qual “*os palestinos*

*devolvem a Israel a sua própria mensagem, sob uma forma invertida e verdadeira”.*

“O círculo de giz de Jerusalém”, inversamente, transmite uma mensagem capciosa, marcada pela omissão, pela inversão da relação causa-efeito e pela distorção de evidências históricas plenamente documentadas.

Franklin Goldgrub